

FINANÇAS PESSOAIS: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

Renata Natividade Souza, Jéssica Natália da Silva Martins, Kamila Gabriela Jacob. Finanças pessoais: a importância da educação financeira para o desenvolvimento dos alunos no terceiro ano do ensino médio, vol. 13, núm. 1, 2022. Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga.

**CIÊNCIA DINÂMICA – Revista Científica Eletrônica
FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA**

21ª Edição 2022 | Ano XIII – nº 1 | ISSN – 2176-6509

DOI:10.4322/2176-6509.2022.023

1º semestre de 2022

Finanças pessoais: a importância da educação financeira para o desenvolvimento dos alunos no terceiro ano do ensino médio

Personal finance: the importance of financial education for the development of third year high school students

Renata Natividade Souza¹, Jéssica Natália da Silva Martins^{2*}, Kamila Gabriela Jacob³

¹Bacharel em Administração, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga;

²Docente no Curso de Administração, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga. Doutora em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Orcid: 0000-0001-6947-9003

³Docente no Curso de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga. Doutoranda em Economia Aplicada pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Orcid: 0000-0003-4969-5766

*Autor correspondente: jessicanatalia.adm@gmail.com

Resumo

A educação financeira é entendida como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico, visto que objetiva contribuir para a qualidade de vida dos indivíduos no que tange a gestão das finanças pessoais. Nesse sentido, este estudo procura analisar o nível de conhecimento de alunos do terceiro ano do ensino médio em relação aos conceitos financeiros e sua aplicabilidade nas decisões pessoais de investimento e consumo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa utilizando como procedimento técnico o levantamento. Os resultados indicaram que os estudantes possuem familiaridade com os termos financeiros e reconhecem a importância da educação financeira. No entanto, possuem pouco conhecimento na gestão de seus recursos, visto que 90% destinam sua renda para a compra de artigos de vestuário. Ademais, evidenciou-se que educar financeiramente desde cedo pode proporcionar aos jovens melhores soluções para os desafios da vida financeira, o que denota a importância de mais estudos e investimentos nessa área.

Palavras-chave: *Educação Financeira; Finanças Pessoais; Conhecimento; Recursos.*

Abstract

Financial education is understood as an instrument of socioeconomic development, since it aims to contribute to the quality of life of individuals with regard to the management of personal finances. In this sense, this study seeks to analyze the level of knowledge of students in the third year of high school in relation to financial concepts and their applicability in personal investment and consumption decisions. To this end, a research with a qualitative approach was carried out using the survey as a technical procedure. The results indicated that students are familiar with financial terms and recognize the importance of financial education. However, they have little knowledge in the management of their resources, since 90% devote their income to the purchase of articles of clothing. In addition, it became evident that financial education from an early age can provide young people with better solutions to the challenges of financial life, which denotes the importance of further studies and investments in this area.

Keywords: *Financial Education; Personal Finance; Knowledge; Resources.*

INTRODUÇÃO

Em um mundo de constantes transformações, torna-se fundamental a busca por conhecimentos que propiciam um melhor ordenamento das decisões, principalmente no que diz respeito às informações de cunho financeiro. Isso porque, trata-se de um importante instrumento do desenvolvimento social e econômico, uma vez que contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do ambiente no qual elas estão inseridas. Assim sendo, a qualidade das decisões financeiras possui influência direta na economia, visto que estão correlacionadas ao nível de endividamento das pessoas e a capacidade de tomar decisões corretas de investimentos (SOUZA et al, 2013).

Nesse sentido, o contexto da educação financeira vem conquistando um espaço cada vez maior no planejamento político e se tornando relevante por representar uma figura ainda desconhecida para uma parcela significativa da sociedade. Importante observar que, mesmo antes da crise financeira mundial ocorrida em 2008, já crescia no mundo a preocupação com a administração financeira pessoal e familiar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo Silva e Powell (2013), os Estados Unidos foram pioneiros no desenvolvimento e na implantação de métodos de ensino relativos à educação financeira e, desde os anos 1980, demonstravam preocupação com o nível do conhecimento financeiro de sua população, desenvolvendo programas de auxílio na educação.

No Brasil, o governo instituiu em 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com a função de promover e incentivar a educação financeira, contribuindo para o desenvolvimento social, fortalecimento do sistema financeiro nacional e tomada de decisões respaldadas em conteúdos técnicos por parte dos indivíduos (BRASIL, 2010).

Não obstante, é necessário acesso a essas informações. Conforme apresentam Steiger e Braidó (2016), a educação financeira é resultado do conjunto de informações que os indivíduos adquiriram sobre finanças e a maneira como eles administram os seus recursos. Assim, a tomada de decisões sobre investimentos é alinhada aos anseios e objetivos do indivíduo, sendo importante o entendimento da personalidade do mesmo para que, a partir daí, ele possa transmitir com eficiência a abordagem financeira necessária (SANTOS, 2019).

Nesse sentido, a discussão sobre a importância dos recursos financeiros e de sua boa administração torna-se fundamental para que as pessoas possam planejar melhor a vida. Muitas

vezes, essas pessoas podem enfrentar dificuldades por não terem tido informações que auxiliassem a conviver melhor com os problemas do consumo e da poupança, em especial, se dependerem do salário para viver (INSTITUTO EDUCACIONAL, 2013).

De forma complementar, é importante definir que administrar é o ato de tomar decisões sobre os mais variados assuntos que influenciam e impactam nossas vidas. Com relação ao dinheiro, portanto, não é diferente, é tomar decisões a respeito da eficiência em sua aplicação, seja ela consumo ou investimento e muitas vezes torna-se necessário um planejamento financeiro (INSTITUTO EDUCACIONAL, 2013).

A ausência ou insuficiência de instruções financeiras pessoais, muitas vezes conduzem para a tomada de decisões com impactos negativos na vida das pessoas, comprometendo todos os recursos disponíveis. Neste contexto, a educação financeira torna-se importante, pois estabelece diretrizes na gestão de recursos, proporcionando uma maior qualidade de vida aos indivíduos (MOREIRA; CARVALHO, 2013).

De acordo com Amado (2011), por costume social, o papel da educação financeira é delegado às famílias, sendo as escolas responsáveis apenas pelo aprimoramento da formação que os alunos recebem dos pais. Entretanto, a tarefa de ensinar aos filhos o melhor tratamento a ser dado ao dinheiro não é fácil, visto que, muitas vezes, as famílias não detêm conhecimento suficiente sobre finanças. Nessa linha de pensamento, a escola torna-se um instrumento decisivo e indispensável na educação financeira dos indivíduos.

Para Lucena e Marinho (2013), as escolas têm papel fundamental e de extrema responsabilidade por se tratar de ambientes que buscam imprimir na sociedade desde cedo, os conhecimentos e valores necessários para a formação de cidadãos, competindo a elas também a função de educar financeiramente, criando metodologias para aprimorar o tratamento dos recursos financeiros em um mundo cada vez mais exigente.

Nesse sentido, este artigo buscou responder a seguinte questão: qual o nível de conhecimento financeiro que possuem os estudantes, no terceiro ano do ensino médio, para a gestão das finanças pessoais?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar o nível de conhecimento de alunos do terceiro ano do ensino médio em relação aos conceitos financeiros e sua aplicabilidade nas decisões pessoais de investimento e consumo.

Neste estudo parte-se da hipótese que quanto maior o conhecimento financeiro dos alunos, maiores as possibilidades de uma melhor alocação de seus recursos.

A relevância do estudo se baseia na importância do conhecimento sobre finanças na sociedade e no estabelecimento de diretrizes que nortearão os indivíduos num processo decisório eficiente. De acordo com Araújo e Assaf Neto (2003) as decisões financeiras das pessoas estão estruturadas em três fundamentos básicos, onde investir fundos e em quais quantias; a respeito dos dividendos e onde levantar recursos e em que quantidades. Dessa forma, através de uma boa educação financeira as pessoas serão capazes de melhorar comportamentos que as impedem de ter uma vida financeira saudável e terão mais facilidade no processo de tomada de decisão. Para Steiger e Braido (2016), ao obter conhecimento de finanças pessoais, os estudantes podem encontrar melhores soluções para os desafios da vida financeira, formando pessoas conscientes financeiramente e comprometidas com o futuro, capazes de fazer as melhores escolhas a respeito de finanças, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Além desta introdução, o estudo está dividido em outras quatro seções. A seguir é apresentado o referencial teórico, contemplando a discussão dos principais temas relacionados à educação financeira. A terceira seção compreende a metodologia, contendo os principais percursos metodológicos realizados. A quarta seção compreende os resultados e, por fim, na quinta seção são apresentadas as conclusões e principais contribuições do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Toda pesquisa com fins científicos, para alcançar o rigor acadêmico, deve ter como ponto de partida o conhecimento necessário para a identificação dos elementos que configuram a problemática a ser esclarecida (SANTOS; PARRA FILHO, 2011). Diante disso, neste referencial teórico são abordados os principais conceitos e terminologias que serão utilizados para alcançar o objetivo proposto.

Afinal, o que é educação financeira?

De acordo com o art. 205 da Constituição Federal (1988), a educação é direito de todos e o Estado, em conjunto com as famílias, são responsáveis por promover e incentivar o ensino,

objetivando o desenvolvimento e a capacitação dos indivíduos na sociedade além de proporcionar melhorias significativas da qualidade de vida do ser humano.

Segundo o dicionário da língua portuguesa Aurélio (2001, p. 251), o termo educação é “o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”. As finanças são definidas por Lizoti et al (2016), como uma gama de atividades ligadas ao dinheiro e o seu impacto na vida social, que variam desde a elaboração de um orçamento familiar mensal às decisões de investimento, entre outros.

Para Saurin et al (2019, p. 8), finanças é um termo abrangente que inclui a teoria e a prática das finanças públicas e privadas. Conforme apresentado pelos autores:

[...] A teoria de finanças compreende a análise e desenvolvimento de modelos, equações e fórmulas. A administração financeira tem o foco nas atividades práticas de organizações públicas, de organizações privadas, de organizações sociais e de organizações familiar e pessoal (SAURIN V; SAURIN C; SAURIN L. F, 2019, p. 8).

Nesse sentido, Claudino, Nunes e Silva (2015) entendem que a educação financeira compreende a capacidade de leitura e interpretação dos dados, além da capacidade de produzir informações que possibilitam a elaboração de um planejamento financeiro que servirá de base para um consumo sustentável e o equilíbrio das finanças pessoais.

Na estruturação do Estado brasileiro, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atribui aos Entes Federativos a responsabilidade educacional, competindo a cada um deles administrar seu próprio sistema de ensino. A União é responsável pela política nacional de ensino, organizando todos níveis existentes principalmente no âmbito normativo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO et al, 2013).

Segundo Teixeira (2015), educar financeiramente não se trata apenas da ação de economizar, reduzir gastos ou de incentivos para acúmulos de riquezas; abrange um processo mais amplo, que consiste na busca de melhor qualidade de vida, resultando em segurança material frente às intempéries econômicas.

Para o Banco Central do Brasil (BCB, 2013):

A educação financeira é o meio de prover os conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. [...] (BCB, 2013, p. 8).

Para Lizoti et al (2016), a educação financeira é o processo através do qual a sociedade busca adquirir e/ou aprimorar conhecimentos fundamentais no gerenciamento de suas finanças e suas respectivas tomadas de decisões. É ter a habilidade de gerenciar com eficiência os recursos, tomando decisões coerentes quanto a aplicação do mesmo e direcionando os esforços para alcance dos objetivos futuros.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), educação financeira deve ser entendida como:

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 3).

Na mesma linha de pensamento, Saito (2007), entende que educação financeira é o processo de transmissão do conhecimento que contribui para o aperfeiçoamento da capacidade de lidar com finanças, possibilitando aos cidadãos tomar decisões a partir de conceitos pré-estabelecidos e de forma segura.

A partir do conceito de educação financeira e a importância dele para a sociedade, torna-se relevante apresentar o seu surgimento como política de desenvolvimento econômico. No entendimento de Silva e Powell (2013), as primeiras ações voltadas ao desenvolvimento de políticas na educação financeira para a população iniciaram-se nos Estados Unidos da América desde a década de 80 do século XX. Um exemplo dessas ações foi a criação do programa Fundo Nacional para a Educação Financeira (*National Endowment for Financial Education – NEFE*) em 1984 para alunos que cursavam o equivalente ao ensino médio nas escolas brasileiras.

Nos Estados Unidos, percebe-se o envolvimento de várias instituições no processo de educação financeira, dentre elas destacam-se muitas instituições governamentais e financeiras, o Federal Reserve, que é o Banco Central dos Estados Unidos, e entidades sem fins lucrativos (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Ademais, um importante site americano denominado *My money*, criado a partir de iniciativas da Comissão Federal de Letramento e Educação Financeira (FLEC), visa promover a Educação Financeira no país. A FLEC é composta pelo *Department of the Treasury* e mais vinte e dois órgãos do governo, onde, um deles equivale ao

Ministério da Educação no Brasil. Nesse sentido, observa o quanto os Estados Unidos estão adiante neste processo (SARAIVA, 2017).

De acordo com Saraiva (2017), no Brasil, o site responsável pela integração da educação financeira e a população é chamado Vida e Dinheiro. Ele é instituído a partir de programas desenvolvidos pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que por sua vez, foi criada a partir do Decreto Federal 7.397/2010.

Educação Financeira no ensino médio das escolas

De acordo com Silva e Pereira (2015), é comum a presença de uma grande quantidade de informações na sociedade, principalmente financeiras, porém, muitas vezes elas são apresentadas para as pessoas numa linguagem pouco compreensiva ou fora do contexto econômico. Assim sendo, a implantação de um programa educativo nas escolas, concede ao indivíduo a possibilidade de interpretar a linguagem dessas informações e tomar suas próprias decisões com eficiência.

Para Villa (2017) existe uma grande probabilidade de um aluno concluir o ensino médio, ingressar na faculdade e ainda não ter nenhum contato com disciplinas da área financeira. Porém, caso opte por um curso na área de administração, ciências contábeis ou economia, aprenderá sobre finanças e gestão empresarial, conteúdo de grande relevância para conseguir administrar seus recursos próprios.

Ademais, a organização financeira das famílias brasileiras na maioria das vezes não é feita com planejamento familiar. O consumo é uma variável crescente nos dias atuais, não de forma consciente, gerando gastos além de seu poder aquisitivo, e uma das consequências é o não pagamento de suas dívidas. Além de não pensar em gerar um montante para o futuro como a aposentadoria e sua independência, tendo em vista que a expectativa de vida do brasileiro vem crescendo a cada ano. Essas situações que atingem milhões de brasileiros diminui a capacidade de investimento do país, o que afeta de forma negativa seu desenvolvimento (SILVA; PEREIRA, 2015).

O Banco Central do Brasil (2018, p. 124) aponta que o assunto está em pauta, para ele:

O Brasil já deu os primeiros passos para o ensino da educação financeira nas escolas – além de contar com um Programa no âmbito da Enef, o tema está previsto na Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) e já vem sendo abordado em algumas instituições de ensino do país.

Como mostrado, ao introduzir a educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o Brasil dá um passo importante para o ensino no país. Adicionalmente, outro importante passo foi a criação do Programa de Educação Financeira nas Escolas, coordenado pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), e tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente” (ENEF, 2017, p. 1).

A educação financeira é informação, assim como forma e orienta os indivíduos quanto a sua renda, planejamento financeiro, orçamento, consumo, poupança e investimentos, todos de forma responsável, para propiciar um desenvolvimento individual e social. Esse desenvolvimento tem retorno para a própria sociedade, que passa a ganhar serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, uma reciprocidade que gera uma relação saudável das partes como um todo (SILVA; PEREIRA, 2015 p. 20).

Como forma de promover ações de educação financeira para crianças, jovens e adultos para além das escolas, foi instituída no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). O art.1º do Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, possibilitou a criação da ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e contribuir para o fortalecimento da cidadania, da eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e aprimorar a tomada de decisões dos consumidores (BRASIL, 2010).

A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- [...]
- I. Atuação permanente e em âmbito nacional;
 - II. gratuidade das ações de educação financeira;
 - III. prevalência do interesse público;
 - IV. atuação por meio de informação, formação e orientação;
 - V. centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
 - VI. formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
 - VII. avaliação e revisão periódicas e permanentes. ENE (BRASIL, 2010).

Neste contexto, Cordeiro, Costa e Silva (2018) entendem que a ENEF tem grande abrangência nacional e sem custo para a sociedade, alcançando resultados significativos a partir de parcerias formadas tanto no âmbito público quanto no privado, na implantação de suas ações, alcançando todos os indivíduos da sociedade, independente de características sociais, raciais ou mesmo de crenças.

Por meio do aprendizado em educação financeira, os indivíduos podem melhorar as tomadas de decisões, proporcionando o equilíbrio das finanças pessoais. Além disso, segundo Conto *et al* (2015), as finanças pessoais correlacionam-se com o sucesso ou insucesso de um indivíduo, no desenvolvimento de suas atividades dentro da economia.

O objetivo principal das finanças pessoais é o aumento da riqueza do indivíduo, percorrendo todas as etapas que envolvem decisões de investimento, avaliação de risco e retorno de capital entre outras (FERNANDES; MONTEIRO; SANTOS, 2012). Steiger e Braido (2016), neste mesmo sentido, entendem que as finanças pessoais são as formas como se aplicam os recursos financeiros nos variados sistemas e que constituem referências basilares na elaboração do planejamento financeiro.

Diante do exposto, as finanças pessoais consistem na aplicação prática da educação financeira e visam ajudar na administração financeira das famílias e das pessoas individualmente, uma vez que se as pessoas têm problemas financeiros, outros também terão: as empresas, o governo e as demais instituições (SAURIN V; SAURIN C.; SAURIN L. F, 2019).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi utilizada nesta pesquisa a abordagem qualitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2011) tem a preocupação em analisar e compreender comportamentos, hábitos e atitudes (MARCONI; LAKATOS, 2011). Para os procedimentos técnicos foi utilizado o levantamento, que de acordo com Gil (2010) consiste no questionamento aos atores cujo comportamento se deseja conhecer.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários online. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 108), “o questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente)”.

Para este estudo, o objetivo foi descrever o nível de conhecimento financeiro e sua aplicabilidade na gestão das finanças pessoais pelos estudantes do ensino médio. Para tanto, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, questionários que foram aplicados de maneira remota (online), no mês de junho de 2020, aos estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola estadual do município de Guaraciaba - Minas Gerais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, o salário médio mensal dos trabalhadores formais do município de Guaraciaba era de 1,4 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12,6%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 43,9% da população estava nessas condições, segundo o último censo realizado – tomando por base a população de 10.000 habitantes (IBGE, 2010).

A escola analisada, de acordo com o censo escolar 2019, possuía 547 alunos. Destes, 263 alunos cursavam o Ensino Fundamental II, 284 o Ensino Médio e 60 alunos estavam no terceiro ano do ensino médio. Para a aplicação dos questionários, que continha questões objetivas e discursivas, contou-se com a colaboração da direção da escola, que auxiliou na propagação dos questionários através de redes sociais (grupos do Facebook e WhatsApp). Como retorno, foram obtidos 28 questionários respondidos, o que corresponde a 46,6% do total de alunos do terceiro ano do ensino médio. Optou-se pela pesquisa com esses alunos pelo fato de que eles são mais suscetíveis a ter renda e estão mais próximos a inserção no mercado de trabalho.

Como técnica para análise dos dados obtidos via questionário, foi realizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p.15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico para análise de discursos e conteúdos diversificados.

A partir da análise de conteúdo os resultados foram estruturados da seguinte forma: perfil dos estudantes, educação financeira, conceitos financeiros e alocação de recursos em ativos financeiros (Quadro 1).

Quadro 1: Estruturação dos resultados e categorias de análise

| CRITÉRIOS | QUESTÕES ANALISADAS |
|--|---|
| Perfil dos estudantes | Gênero, faixa etária, exercício de atividade remunerada ou mesada. |
| Educação financeira (E.F) | Conhecimento em E.F, local de aprendizado, o que é a E.F, importância de aprender sobre o uso do dinheiro, conhecimento financeiro dos pais. |
| Conhecimentos sobre ativos financeiros | Acompanhamento das notícias da economia, o que é inflação, poupar, investir e rendimento, investimento de alto risco, títulos públicos, investem em renda variável ou fixa. |

| | |
|--|--|
| Alocação de recursos em ativos financeiros | Opções de investimento com o atual conhecimento em finanças pessoais, porcentagem de recursos financeiros investidos ou que poderiam ser investidos na poupança, planejamento dos gastos e alocação de recursos. |
|--|--|

Fonte: elaboração própria.

Antes da realização desse trabalho, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP) e foi classificado como Pesquisa de Opinião, sendo dispensado de ser julgado pelo colegiado (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE: 32888720.8.0000.8063).

A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa, organizados de acordo com a estruturação e os critérios de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico aborda o resultado qualitativo das questões, considerando: perfil dos estudantes, educação financeira, conhecimentos sobre ativos financeiros e alocação de recursos em ativos financeiros, respectivamente.

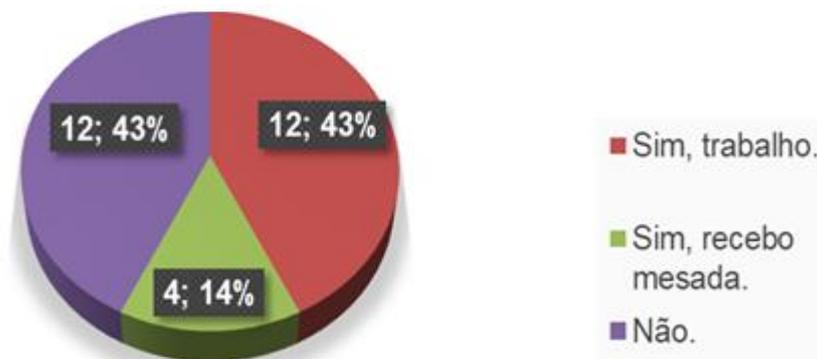
Perfil dos estudantes

O questionário foi aplicado aos alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola do município de Guaraciaba-MG, obtendo uma amostra correspondente a 46,6% em relação ao total de alunos.

Dos 28 estudantes analisados, 24 dos estudantes são do sexo feminino e apenas 4 alunos respondentes são do sexo masculino. Quanto a idade, todos os respondentes possuem 17 ou 18 anos, o que se justifica por estarem no ensino médio.

Sobre exercer alguma atividade remunerada ou receber mesada, 12 disseram trabalhar, 12 não exercem tal atividade e 4 recebem mesada, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1. Exerce atividade remunerada ou recebe mesada.



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que 57% dos alunos possuem acesso ao dinheiro. A porcentagem dos alunos que trabalham (43%) enquanto ainda cursam o ensino médio está de acordo com o apresentado pela pesquisa realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) do ano de 2017, que apontou o Brasil como um dos seis países com maior taxa de estudantes no mercado de trabalho.

Embora a parcela dos alunos que recebem mesada dos pais ou responsáveis seja menor do que a de quem não detém renda e/ou trabalha, ela deve ser considerada, pois, como apresenta D’Aquino e Cerbasi (2008), a mesada é um poderoso instrumento da educação financeira. Isso porque possibilita à criança a capacidade de ordenar o orçamento, definir escolhas para o dinheiro e desenvolver um plano de poupança.

Diante do exposto, a conjugação do ensino com o recebimento de recursos torna-se relevante. Conforme Silva e Pereira (2015), o ensino da educação financeira nas escolas possibilita uma gama de informações aos jovens que possuem recursos, principalmente no contexto financeiro existente na sociedade.

Educação Financeira

Quando questionados sobre possuir conhecimento sobre educação financeira, 26 dos 28 respondentes disseram ter conhecimento. Para eles, esse conhecimento foi adquirido através da escola, internet ou família.

Para os alunos, a Educação Financeira envolve, dentre outros termos, dinheiro, investir, compreensão, administrar e relação (Figura 2). Diante disso e dos resultados observados na

disciplina de matemática. A principal fonte apontada por eles foi o aprendizado adquirido através dos pais.

Ainda sobre as possibilidades presentes na PCN e na BNCC de matemática, é possível identificar as possibilidades de discussão da educação financeira na disciplina mencionada (THEODORO, 2010). De acordo com o BNCC (BRASIL, 2018), podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras e impostos. Ademais, a discussão do tema proposto pode ser considerada interdisciplinar, por envolver questões culturais, sociais, políticas e econômicas.

Dentro dessa perspectiva, Cordeiro et al. (2018) contribuem ao afirmar que a educação financeira ensinada na escola pode auxiliar na orientação financeira dos discentes e contribuir para a construção de gerações futuras mais responsáveis quanto às finanças.

Conhecimento sobre Ativos Financeiros

Os alunos foram também questionados sobre o acompanhamento das notícias sobre a economia. Os resultados apontam que a maioria dos alunos respondentes não possuem um interesse significativo nesse assunto, representando 78%. A falta de interesse dos alunos pelo tema pode ser devido à ausência do conteúdo no seu dia a dia, o que pode fazer com que se distanciem do tema. Observou-se, por outro lado, que termos como inflação, poupar, investimento e rendimento, comuns no dia a dia (principalmente em jornais e na internet), foram compreendidos apenas por 57% dos estudantes.

Mesmo que não seja o objetivo principal da educação financeira abordar conceitos sobre ativos financeiros para investimentos, buscou-se através desse questionário analisar o conhecimento dos respondentes sobre alguns dos principais ativos financeiros negociados no mercado.

Dessa forma, ao questionar sobre os investimentos de renda variável, que possui maior risco comparado à renda fixa, e se estariam dispostos a investir nesse tipo de ativo, quinze alunos responderam positivamente sobre o que foi perguntado, porém o receio de investir é compartilhado por 96% dos estudantes. Dessa forma, pode-se afirmar que embora o risco seja atrativo por proporcionar maior rentabilidade, ainda assim, quase 100% dos respondentes não demonstraram confiança para concretizar a operação.

Por fim, mesmo quando questionados sobre o conhecimento em investimento de baixo risco, como o Tesouro Direto, o número de estudantes que dizem saber o que são os títulos públicos abrange 50% da amostra analisada e, ainda assim, nenhum dos estudantes que afirmaram conhecer, fazem investimentos nesse ativo financeiro.

Esses resultados ressaltam ainda mais o receio em investir em renda variável, deixando evidente que os alunos não possuem recursos aplicados em títulos públicos e nem em ativos variáveis e que, em alguns casos, ainda falta conhecimento para que esses investimentos sejam realizados.

Alocação dos recursos financeiros

Um dos objetivos propostos por este artigo foi identificar como os alunos distribuem os recursos financeiros pessoais, analisando, principalmente, se estes eram realizados em algum investimento. Nesse sentido, os discentes foram interpelados sobre a maneira como administram ou consomem seus recursos financeiros. Os resultados são apresentados na Figura 3.

Figura 3. Investimentos realizados pelos alunos com o conhecimento atual sobre finanças



Fonte: Dados da pesquisa

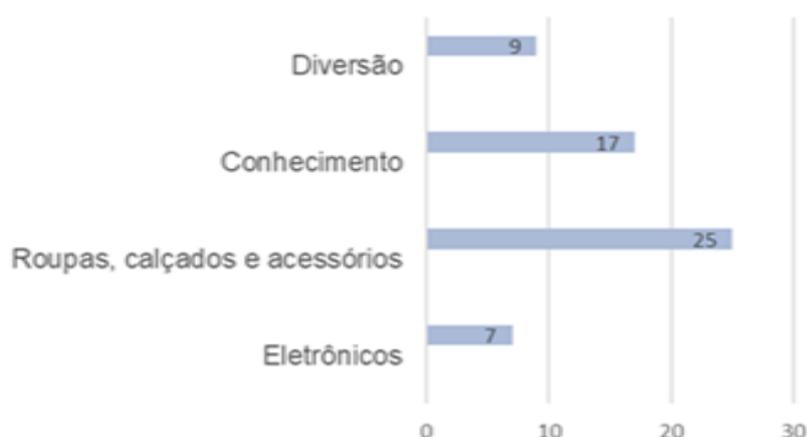
Ao analisar a nuvem de palavras, destacam-se as palavras negócio, bar e banco, por

exemplo. Isso reforça a ideia de investimento dos alunos no próprio negócio e em serviços bancários.

Sobre a possível aplicação em bancos, 8 alunos disseram que aplicariam mais de 50% de seus recursos na poupança e 20 estudantes mencionaram aplicar menos de 50% desses recursos nesse ativo, gastando mais com o próprio negócio caso tivessem dinheiro disponível. Nota-se que, de acordo com o conhecimento que possuem, não arriscariam seus recursos em investimentos com maiores riscos.

A pesquisa indagou os estudantes ainda sobre o planejamento dos gastos e como costumam gastar seus recursos financeiros. Dos 28 respondentes, 16 alegaram planejar os gastos e o restante disseram planejar às vezes. Sobre o destino dos gastos, são direcionados a compra de roupas, calçados, acessórios, cursos e livros (Figura 4).

Figura 4. Como costuma gastar o dinheiro?



Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da educação financeira, conhecimentos e informações sobre comportamentos simples que colaboram para proporcionar melhor qualidade de vida podem ser fornecidos às pessoas e a comunidades em geral (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013). Porém, nesta pesquisa, evidenciou-se que ainda são necessários muitos esforços para que alunos que frequentam o ensino médio, em especial os respondentes, saibam melhor administrar e aplicar seus recursos.

Entende-se que a educação financeira pode trazer vários benefícios: permite o equilíbrio das finanças pessoais; prepara para os imprevistos financeiros; aposentadoria; reduz a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes; e, prepara o caminho para a realização de sonhos

(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Considera-se importante que os jovens já tenham acesso às informações que abrangem finanças pessoais e planejamento desde cedo. Isso porque, ao adquirir conhecimento sobre o tema, eles podem encontrar melhores soluções para os desafios da vida financeira, formando pessoas conscientes financeiramente e comprometidas com o futuro, capazes de aprimorar suas escolhas a respeito das finanças (STEIGER; BRAIDO, 2016).

Contudo, buscar informações que visam a gestão das finanças é um fato não habitual na vida da maioria das pessoas. Apesar de todos lidarem diariamente com dinheiro, poucos se dedicam a administrar seus recursos de forma eficiente e eficaz (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

CONCLUSÃO

A educação financeira é uma ferramenta importante para que os indivíduos aprendam como ter comportamentos mais assertivos em relação aos seus recursos financeiros. Através de boas escolhas, as pessoas, conseqüentemente, tornam-se capazes de melhorar suas vidas e equilibrar as finanças pessoais.

Os resultados da pesquisa mostram que os 46,6% dos estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola do município de Guaraciaba – MG apresentam conhecimento sobre os conceitos financeiros. A base para os aprendizados que possuem foram a família, escola e a internet. Ademais, possuem atitudes voltadas para o planejamento dos gastos, consumo de recursos financeiros com roupas, calçados, custos e não possuem o hábito de buscar informações ligadas à economia.

Com o atual conhecimento que têm em educação financeira, investiriam seus recursos em um negócio ou na poupança, visto que demonstraram um grande receio em ativos de renda variável, não sendo essa uma opção para aplicação do dinheiro.

A educação financeira é um tema conhecido e relevante, porém não é praticada por esses alunos em seu cotidiano. Entre a teoria e a aplicação há um caminho longo a ser percorrido, visto que eles possuem recursos financeiros, mas suas decisões de investimento e consumo devem ser melhoradas, visando comportamentos mais conscientes e escolhas inteligentes. Sendo assim, necessitam de um aprendizado periódico e aplicável para que tenham uma vida

melhor.

A pesquisa revela, diante dos resultados alcançados, que o ensino da educação financeira é de grande relevância. O papel da família de educar financeiramente, em primeira instância, deve ser complementado pelo ensino escolar desde cedo, pois o conhecimento dos pais é básico. Ao ter esse contato precoce com o assunto, as chances desses jovens encontrarem soluções para as tomadas de decisões financeiras podem ser maiores.

Por meio das políticas governamentais, de instituições financeiras e conteúdo das mídias sociais, a educação financeira vem ocupando cada vez mais espaço em discussões cotidianas e alcançando mais pessoas, devido a democratização do acesso proporcionada pelo mercado. Um exemplo é a inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A sociedade reforça essa importância do tema e esses canais de disseminação de informação e conhecimento devem estar acessíveis a todos, principalmente nas escolas.

Dessa forma, é de suma importância que o município de Guaraciaba e o Estado implementem e desenvolvam melhores estratégias para incorporar e trabalhar o tema na vida escolar dos estudantes, considerando as características locais e fazendo com que os alunos possam aprender e também colocar em prática em seu cotidiano.

Tomadas as devidas proporções, esse estudo pode contribuir para outras cidades e realidades, devido a importância do tema para a formação financeira de crianças e jovens, permitindo que tenham melhores resultados na administração das finanças pessoais.

Por fim, ressalta-se a importância de estudos mais profundos nesta área, com a ampliação da amostra e faixa etária. Para pesquisas futuras algumas questões podem ser levantadas: estudo sobre o comportamento financeiro dos pais, resultado da educação financeira nas escolas, relação entre escolaridade e gestão de recursos financeiros, capacitação de professores para a aplicação da educação financeira e o desafio da educação financeira na infância como base para uma gestão financeira eficiente no futuro das gerações. Ademais, o estudo também pode ser replicado em outros municípios, com a análise de escolas públicas e privadas, com o objetivo de encontrar simetrias ou assimetrias no pensamento financeiro que compõem esses grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n. 33, p. 16-32, 2003.

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro-RJ, Nova Fronteira. 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Competências em educação financeira**: descrição de resultados da pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira adaptada e aplicada no Brasil. 2017. Disponível em : <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/mapas/?mapa=repositorio>>. Acesso em 2 de set. de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é inflação**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao> >. Acesso em 17 de set. de 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

BRASIL. **Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria Executiva; Secretaria de Educação Básica, Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Conselho Nacional da Educação.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

_____. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: < www.bcb.gov.br>. Acesso em 2 de out. de 2019.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, FC da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. **Anais do SEMEAD-Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil**, v. 12, 2009.

_____. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 14 out. de 2019.

CONTO, Samuel Martin de et. al. **O comportamento de alunos do ensino médio do vale do taquari em relação às finanças pessoais**. Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios, 2015.

Disponível em : <<http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>>. Acesso em 10 de out. de 2019.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos, SILVA, Marcio Nascimento da. **Educação Financeira No Brasil: uma perspectiva panorâmica**. São Paulo. 2018.

_____. **Educação financeira nas escolas: desafios e caminho 2018**. 2018. <https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8_educacao_financeira_escolas.pdf>. Acesso em 10 de out. de 2019.

D'AQUINO, Cássia; CERBASI, Gustavo. **Educação Financeira: como educar seus filhos**. Elsevier, 2008.

ENEF, Estratégia Nacional de Educação Financeira. **O programa**. 2017. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/o-programa/>>. Acesso em 12 de set. de 2019.

FERNANDES, Bruno V. Ramos; MONTEIRO, Danilo; SANTOS, Wagner Rodrigues dos. **Finanças pessoais: um estudo dos seus princípios básicos com alunos da Universidade de Brasília 2012**. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/download/1415/1017>>. FONSECA, Regina Celia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba-PR: IESDE BRASIL S/A, 2009. 92 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO EDUCACIONAL. **Master**. BM e F Bovespa. 2013. 35p.

LIMA SECCO, Renata. **Importância da educação financeira na infância: uma revisão de literatura em Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Número 203, 2014. Texto completo em <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/educacion-financiera.html>>. LIZOTE, Suzete Antonieta; LANA Jeferson; VERDINELLI, Miguel Angel; SIMAS Jaqueline de. **Finanças Pessoais: Um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior**. Revista da UNIFEBE, pg. 77. 2016.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; MARINHO, Reinele Alves de Lima. **Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais**. PB, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS. Eva Maria. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

MOREIRA, Romilson; CARVALHO, Henrique Levi Freitas Sena de. **As Finanças Pessoais Dos Professores Da Rede Municipal De Ensino De Campo Formoso-Bahia: Um Estudo Na Escola José De Anchieta**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 3, n. 1, p. 122-137, 2013.

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. 2005. Disponível em: < [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em 10 de set. de 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; Auro de Jesus. **Metodologia científica: Completo e essencial para a vida Universitária**. 1 ed. São Paulo: Avecamp, 2006.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no brasil**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/>>. Acesso em 28 de set. de 2019.

SANTOS, Diego. **Os avanços na educação e a visão sobre investimentos no Brasil**. Vol.1 pag. 13, 2019.

SANTOS, Franklin Cavalcante da Silva; João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Cengage learning, 2011.

SARAIVA, Karla Schuck. **Os sujeitos endividados e a Educação Financeira**. Rio Grande do Sul, Brasil, 2017 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-157.pdf>. Acesso em 14 de set. de 2019.

SAURIN, Valter; SAURIN, Christine; SAURIN, Luiz Fernando. **Educação Financeira e Finanças Pessoais**, planejamento, orçamento e controle. Clube dos autores. 2019.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. *Revista de administração pública*, v. 41, n. 6, 2007.

SOUZA et al. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

SILVA, Amarildo Melchides da; POWELL, Arthur Belford; **Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica**, Curitiba, 2013 pg. 7.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 2005. 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, Thiago Costa da; PEREIRA, Wilerson de Almeida. **Educação financeira para alunos do ensino médio em Macapá-AP**, Macapá, 2015. 68 p.

STEIGER, Gilsomaro André; BRAIDO, Gabriel Machado. **Finanças pessoais na adolescência: conhecimento financeiro dos estudantes de ensino médio das escolas públicas da Comarca de Arroio do Meio/RS**, 2016.

TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. São Paulo: PUCSP. (2015) disponível em <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/11025/1/James%20Teixeira.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2019.

THEODORO, Flavio Roberto Faciolla. Matemática e Educação Financeira: uma experiência com o ensino médio. **Revista de Educação**, v. 13, n. 15, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VILLA; Laércio. **Educação financeira no ensino médio: uma análise a partir da aprendizagem significativa de David Ausubel**. Passo Fundo, RS. 2017. 62p. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1229>>. Acesso em 10 de out. de 2019.

Declaração de Interesse

Os autores declaram não haver nenhum conflito de interesse

Financiamento

Financiamento próprio

Agradecimentos

O preenchimento desse item é opcional

Colaboração entre autores

O presente artigo foi escrito pela R. N. S. sob orientação da professora J. N. S. M., projetado como Trabalho de Conclusão de Curso e concluído como artigo com a auxílio da professora K. G. J. Todos os autores cuidaram da parte dissertativa do artigo.